



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado" para uma turma de até 20 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 19 e 20/8/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: Supercia Capacitação e Marketing Ltda

CNPJ: 11.128.083/0001-15

Endereço: End. Av. Eduardo Elias Zahran, 420 – Jardim Paulista, Campo Grande – MS Cep 79050-000

Contato: Sumaia

E-

mail: sumaia@supercia.com.br valdirene@supercia.com.br

Tel: 67 3348-3300 67 99922-2011



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Banco do Brasil S/A Agência: 2936-X
Conta corrente: 132867-0

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento [0435386](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas, Assessoria Jurídica, CCIA e DG.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

A área de gestão de pessoas se depara com situações rotineiras de registro e acompanhamento de servidores com a mesma frequência que enfrenta situações novas e singulares. A dinâmica das necessidades pessoais e coletivas demanda conhecimento e atenção a detalhes, observando-se o contexto organizacional e social, bem como provocando dos servidores da área atualização constante para entendimento da melhor forma de decidir, quando os temas se apresentam. De forma mais específica, temos as questões de aposentadoria e benefícios, lotação, afastamentos, progressões funcionais, remoções e redistribuições, requisições e cessões de servidores e muitos outros temas cujos impactos para a gestão devem ser compreendidos antes que as ações sejam tomadas.

A atualização constante nessa disciplina também deve atender à unidade de Controle Interno e Auditoria, bem como à Assessoria Jurídica e gabinete da Diretoria Geral, que lidam constantemente com pareceres e análises sobre direitos e obrigações dos servidores.

A capacitação encontra-se prevista no Plano Anual de Capacitações 2019 sob nr. 20190301.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em **Legislação de Pessoal Avançado e Questões Polêmicas** versa sobre conteúdo técnico na área jurídica, especificamente no regime jurídico dos servidores públicos federais. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pelo palestrante **José Afonso Pires Ferreira Junior**, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0435386](#)). Sua larga experiência como instrutor em treinamentos na área de legislação de pessoal e também por estar trabalhando diretamente com o tema, o qualificam como **notório especialista** na matéria. Também teve ótima avaliação quando ministrou outros treinamentos nesta área para servidores deste Regional em exercícios anteriores.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

3.2.3. Da escolha de empresa fornecedora: (verificar se há necessidade desse item)

Durante as pesquisas de mercado, verificou-se que o instrutor escolhido atende a diversas empresas de treinamento no Brasil. Considerando-se o histórico da Supercia em atender a este Tribunal, optou-se por essa negociação junto a essa empresa, uma vez que os valores estão adequados, como comprovado anteriormente.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 20 servidores, em R\$. 1.340,00 (um mil, trezentos e quarenta reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para comprovação de compatibilidade com o mercado, insere-se abaixo dados de outras contratações semelhantes efetuadas por este regional:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Capacitação	Ano	número de Participantes	Carga horária	Valor total
Dimensionamento da Força de Trabalho	2017	20	16	R\$ 18.900,00
Formação de Auditores Internos	2018	10	24	R\$ 24.690,00
Gestão Tributária de Contratos e convênios (curso aberto a terceiros)	2019	1	24	R\$ 2.980,00
Gestão de e Fiscalização de Contratos	2019	25	16	R\$ 25.000,00
Questões Polêmicas de Pessoal (em contratação)	2019	20	16	R\$ 26800,00

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Disponibilizar local para realização do curso;
3. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0435385](#) e [0435386](#)), nos dias 19 e 20/8/2019;
2. Fornecer material didático, coffee break e certificado, registrando a frequência dos participantes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 19 e 20/8/2019.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
- a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0430908](#), [0430909](#), [0430912](#) e [0430913](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO**, **Chefe de Seção**, em 17/07/2019, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001690-41.2019.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO – "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado"

PARECER JURÍDICO Nº 0437915 / 2019 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL – SEDES, com vistas a contratar a empresa **Supercia Capacitação e Marketing Ltda, CNPJ: 11.128.083/0001-15**, para a realização do curso "**Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado**" para uma turma de até 20 (vinte) servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta Capital, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 20 e 21/08/2019, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada.

02. Dimensionou-se o valor por pessoa em R\$ 1.340,00 (mil trezentos e quarenta reais) totalizando R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais) caso se concretize a formação de turma de 20 servidores, conforme item 4 do Projeto Básico SEDES ([0436366](#)).

03. Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0430908](#)); Certidão Negativa Tributos Federais ([0430909](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0430912](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0430913](#)).

04. O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos no Anexo de Programação ([0435386](#) e [0436365](#)).

05. Verifica-se que consta, ainda, no referido Projeto Básico SEDES ([0436366](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TER e da contratada, as penalidades, garantias, o prazo de execução e quanto a gestão e fiscalização.

06. A SEDES encaminhou por e-mail ([0436368](#)) o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente. Pelo e-mail constante no evento [0436389](#) a empresa deu ciência ao Projeto Básico.

07. Por intermédio do Despacho n. 3244 ([0436398](#)), a Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, em seguida à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. A SPOF ([0436813](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)**, indicando o Plano Interno ERO TREINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000172, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*

09. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela sua regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Termo de Referência, pela adjudicação do objeto à proponente, desde que apresentada a proposta da futura contratada ([0436895](#)).

10. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, inciso VI, DA LEI N. 8.666/93.

11. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

12. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

13. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

14. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

15. Quanto à singularidade, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

16. A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

17. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

[...] A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se exigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

18. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da **notória especialização da**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa a ser contratada atendendo à sociedade a exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

19. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, **todas** exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

20. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.

21. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

22. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens de 2 a 5 do Projeto Básico ([0436366](#)) elaborado pela SEDES, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

III - DA CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – pela possibilidade da contratação direta da empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA**, CNPJ n. 11.128.083/0001-15, para ministrar o curso "**Questões Polêmicas de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Legislação de Pessoal - Avançado" com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

II – pela regularidade do Projeto Básico ([0436366](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

24. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0436368](#)).

25. Não obstante isso, diante do valor total do curso, orçado em **R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)**, cobre um público de 20 (vinte) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se atingir o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, **recomenda-se** que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento **o maior número possível de servidores**, principalmente diante do conteúdo programático de grande interesse, tudo com fulcro no **art. 3º da Lei n. 8.666/93** e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no **art. 37 da Carta Magna**.

26. Cabe registrar que, caso necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA**, antes da efetivação da contratação.

27. Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se necessária a **publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24/07/2019, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/07/2019, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001690-41.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEDES - Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional

ASSUNTO: CURSO FECHADO – "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado"

DESPACHO Nº 3378 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES, por meio do qual se busca a contratação da empresa SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., CNPJ 11.128.083/0001-15, para a realização do curso "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado" para uma turma de até 20 (vinte) servidores deste Tribunal, a ser realizado nesta Capital, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 20 e 21/08/2019, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa ([0430891](#)).

O conteúdo programático do evento está descrito no documento anexado aos autos no evento [0435386](#).

A SEDES elaborou o Projeto Básico ([0436366](#)) para contratação. Dimensionou o valor por pessoa em R\$ 1.340,00 (mil trezentos e quarenta reais) totalizando R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais) caso se concretize a formação de turma de 20 servidores, conforme item 4 do referido projeto.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0430908](#)); Certidão Negativa Tributos Federais ([0430909](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0430912](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0430913](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Secretaria de Gestão de Pessoas encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Projeto Básico, com vistas à inscrição dos servidores ([0436392](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária ([0436813](#)), no valor de R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais), para custear a despesa.

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente, conforme evento [0436895](#).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, que opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa para ministrar o curso "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado, pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, e pela necessária publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário, bem como no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. A AJDG ainda ressaltou que o valor total sobre um público de 20 (vinte) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se atingir o total das vagas disponíveis, por se tratar de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado. Desse modo, recomendou que este Tribunal se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento o maior número possível de servidores, principalmente diante do conteúdo programático de grande interesse ([0437915](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa por inexigibilidade de licitação, pela autorização da emissão de Nota de Empenho e pela publicação do ato tanto no Diário Oficial da União - DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0438416](#)).

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenchem os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a inscrição de servidor em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9), com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido na Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2019, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 5 do PB ([0436366](#)).

Convém mencionar que, com base no precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se necessária a publicação do ato tanto no Diário Oficial da União - DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1. Aprova o Projeto Básico SEDES, inserto no evento [0436366](#), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei n. 8.666/93;

2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos, da Lei 8.666/93 e Decisão TCU nº 439/98 - Plenário;

3. Autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da **Supercia Capacitação e Marketing Ltda.**, CNPJ 11.128.083/0001-15, no valor de **R\$ 26.800,00** (vinte e seis mil e oitocentos reais), formalizando-se a contratação com entrega da Nota de Empenho à contratada, devendo haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e

4. Determina a publicação do ato tanto no Diário Oficial da União - DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

Ademais, em atenção a recomendação inserta no Parecer Jurídico AJDG [0437915](#) e na Manifestação 1209 [0438416](#), determino à SGP que envie esforços em trabalho de sensibilização, de modo que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sejam inscritos o maior número possível de servidores, tendo em vista se tratar de curso fechado, feito sob encomenda e que não haverá redução de custos no caso de não se atingir o número total das vagas disponíveis.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/07/2019, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190141

Disponibilização: 31/07/2019

Publicação: 01/08/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA, CNPJ n. 11.128.083/0001-15. Objeto: Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado" para uma turma de até 20 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 20 e 21/08/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0437915/2019 - PRES/DG/AJDG, de 24/07/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 3378/2019 - PRES/DG/GABDG, de 26/07/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Nota de Empenho: 2019NE000498, de 29/07/2019, Programa de Trabalho:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Total: R\$ 26.800,00. Processo: SEI n. 0001690-41.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 30/07/2019, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 29Jul19 NUMERO: 2019NE000498 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 11128083/0001-15 - SUPERCIA CAPACITACAO E MARKETING LTDA
ENDERECO : EDUARDO ELIAS ZAHRAN 420 CASA 2 VILA JARDIM PAULIST
MUNICIPIO : 9051 - CAMPO GRANDE UF: MS CEP: 79050-000
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMISSION DE NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITACAO DE SERVIDORES,
CONFORME PROJETO BASICO SEDES(0436366), PARECER DA AJDG(0437915), DESPACHOS
NRS 3378 DA DIRETORIA GERAL (0438795) E 3400 DA SAFOC (0438970).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00016904120196228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 26.800,00

VINTE E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVICO DE SELECAO E TREINAMEN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 26.800,00
VALOR DO SEQ.: 26.800,00

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO "QUESTÕES PO
LÊMICAS DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - AVANÇADO" PARA UMA TURMA DE ATÉ 20 SERVIDO
RES TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA. O CURSO SERÁ REALIZADO EM PORTO
VELHO, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, NA MODALIDADE DE ENSINO PRE
SENCIAL, NOS DIAS 20 E 21/8/2019, CONFORME AGENDA ADEQUADA AOS PARTICIPANTES
E EMPRESA CONTRATADA.

T O T A L : 26.800,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

irleda.maria@tre-
ro.jus.br

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

Assinado de forma digital por
irleda.maria@tre-ro.jus.br
DN: cn=irleda.maria@tre-ro.jus.br
Dados: 2019.07.30 09:43:42 -04'00'



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 147, quinta-feira, 1 de agosto de 2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 18/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, sito na Rua João Diogo, n.288, Belém/PA, NOTIFICA, nos termos do caput do art.37 da CF/1988 e do § 4º do art.26 da Lei n.9.784/1999, a empresa KRT Prestadora de Serviços e Comércio de Produtos Ltda, CNPJ/MF 12.849.578/0001-04, que se encontra em endereço incerto e não sabido, para efetuar o pagamento de R\$2.226,72 (dois mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), referente ao saldo de multa administrativa aplicada por inexecução parcial do Contrato n.02/2012, objeto do processo n.16.539/2011 (SADP) - convertido no processo eletrônico 0004002-12.2019.6.14.8000, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital, após o que esse valor passará por atualização monetária e incidência de juros. A empresa, ora notificada, fica CIENTE que, decorrido esse prazo para pagamento e permanecendo a situação de inadimplência por mais 75 (setenta e cinco) dias, estará sujeita a: i) a inscrição no Cadastro Informativo de créditos não quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADINF), na forma do §2º do art.2º da Lei n.10.522/2002; ii) o envio dos autos à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) para inscrição do débito em Dívida Ativa da União (DAU), pelo art.2º da Lei n.6.830/1980; e iii) a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais de cobrança. Ao responder a esta Notificação, fazer referência àquele número de processo eletrônico para maior celeridade no andamento processual, podendo contatar a Seção de Contabilidade (SCONT), pelo e-mail scont@tre-pa.jus.br ou telefone (91) 3346-8683/8792, para emissão da correspondente Guia de Recolhimento da União (GRU). TORINAM-SE sem efeito os termos dos Editais de Notificação n.10/2019, publicado no DOU de 8/5/2019, e n.17/2019, publicado no DOU de 26/7/2019.

WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS
Diretor-Geral
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 31/2019

Convocamos a empresa CONSTRUTORA MATTANA LTDA, CNPJ 04.892.771/0001-91 a qual se encontra em lugar incerto, não sabido, para, querendo, apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, no Processo Administrativo PAD 12075/2017, instaurado pelo descumprimento das obrigações pactuadas na Concorrência nº 04/2011.

O processo terá continuidade, independentemente do comparecimento de seu responsável.

IVANILDA DA SILVA
Secretária de Gestão de Serviços e.e.

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2019

Nº PAD 15887/2017. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA. CNPJ da Contratada: 06.303.138/0001-46. Objeto: Manutenção predial preventiva e corretiva, mediante disponibilização de postos de trabalho de oficial eletricista B e encarregado B, com fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais nos prédios da Justiça Eleitoral do Paraná, próprios, cedidos ou locados, localizados na Região Metropolitana de Curitiba, no litoral, no interior e, eventualmente, na capital do Estado do Paraná. Valor estimado de R\$ 166.314,00 com horas extra e R\$ 307.200,00 com diárias. Valor R\$ 637.899,52. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10.520/02. Vigência: 01/08/2019 a 31/07/2020. Data de Assinatura: 01/08/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Termo de Convênio n.º 006/2019. SEI n.º 0006284-10.2017.6.17.8000. PARTÍCIPES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, CNPJ: 02.566.224/0001-90. OBJETO: Cooperação das equipes multiprofissionais e das Juntas Médicas de ambos os Convenientes, para a realização de perícias e avaliações previstas nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 7.003 de 09/11/2009, bem como para o exame das condições de candidatos portadores de deficiência física, aprovados em concurso público. FUNDAMENTO LEGAL: art. 230 da Lei 8112/90, artigo 5º do Decreto 9.508/2018, artigo 116 da Lei 8.666/1993 e artigos 2º e 3º do Decreto 7.003 de 09/11/2009. VIGÊNCIA: 60 meses a partir da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 10/06/2019. SIGNATÁRIOS: pelo TRE/PE, Agente Ferreira de Lima Filho, Presidente, e pelo TRT/PE, Valdir José Silva de Carvalho, Presidente.

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 019/2019. SEI n. 0028019-65.2018.6.17.8000.ESPÉCIE: Prestação de serviços. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e Inova Tecnologias de Informação e Representações LTDA. CNPJ: 01.427.728/0001-67. OBJETO: a prestação de serviços de suporte e atualização, bem como novas licenças para o correio eletrônico Zimbra. FUNDAMENTO LEGAL: Leis n.º 10.520/02, 8.248/91, 8.666/93, Decretos n.ºs 3.555/00, 5.450/05, 8.538/15, Lei Complementar n.º 123/06. VIGÊNCIA: 36 meses a partir do aceite definitivo do objeto da contratação. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 300.875,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: programa - 02122057020GPO026; natureza de despesa - 339040; nota de empenho - 2019NE000691, de 22/07/2019; valor do empenho - R\$ 237.000,00; natureza da despesa-449040; nota de empenho 2019NE000692, valor do empenho-R\$ 63.875,00. DATA DE ASSINATURA: 25/07/2019. SIGNATÁRIOS: pela Contratante, Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, e, pela Contratada, Vicente Berardi di Cunto, Representante Legal.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 013/2019. SEI n.0003790-07.2019.6.17.8000 . ESPÉCIE: Prestação de serviços. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e Potencial Engenharia e Instalações LTDA. CNPJ:01.724.109/0001-34. OBJETO: prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis da Justiça Eleitoral, localizados nas Mesorregiões do Agreste e do Sertão de Pernambuco. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/02, dos Decretos 3.555/00, 5.450/05, 8.538/15, 9.507/18, da Lei Complementar n.º 123/06, Resoluções CNJ n.ºs 169/13 e 248/18, Resolução TSE n.º 23.234/10, Instrução Normativa TSE n.º 03/18 e Instrução Normativa TRE/PE n.º 29/19 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/93 . VIGÊNCIA: 17 meses contados a partir da data da publicação do extrato no DOU. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.180.143,57. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa - 02122057020GPO026; Natureza de despesa - 339037; Nota de empenho - 2019NE000702, de 26/07/2019; Valor do empenho - R\$ 245.122,67; Nota de empenho - 2019NE000703, de 26/07/2019; Valor do empenho - R\$ 2.799,17; Natureza de despesa - 449052; Nota de empenho - 2019NE000706, de 26/07/2019; Valor do empenho - R\$ 7.836,00. DATA DE ASSINATURA: 25/07/19. SIGNATÁRIOS: pela Contratante, Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, e, pela Contratada, Hugo Luiz Galvão Barros, Sócio-Administrador.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços n.º 22/19. PROCESSO SEI N.º: 0044495-81.2018.6.17.8000 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n.º 20/19- Eletrônico. OBJETO: registro de preços para eventual fornecimento de material, conforme tabela abaixo. BENEFICIÁRIA DO(S) ITEM(S): POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 17.874.189/0001-44, VIGÊNCIA: 09/08/2019 a 09/08/2020. DATA DE ASSINATURA: 29/07/2019.

ITEM	MATERIAL	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
01	Condicionador de Ar Tipo JANELA, 10.000 BTU's	Un	20	1.323,76
03	Condicionador de Ar Tipo JANELA, 18.000 BTU's	Un	20	2.259,87
04	Condicionador de Ar Tipo JANELA, 21.000 BTU's	Un	20	2.611,99
08	Aparelho de ar condicionado modelo SPLIT capacidade de refrigeração 24.000Btu/h	Un	25	2.216,00

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços n.º 23/19. PROCESSO SEI N.º: 0044495-81.2018.6.17.8000 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n.º 20/19- Eletrônico. OBJETO: registro de preços para eventual fornecimento de material, conforme tabela abaixo. BENEFICIÁRIA DO(S) ITEM(S): BCS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 31.658.202/0001-59, VIGÊNCIA: 09/08/2019 a 09/08/2020. DATA DE ASSINATURA: 29/07/2019.

ITEM	MATERIAL	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
09	Condicionador de Ar Tipo JANELA, 12.000 BTU's	Un	20	1.583,20

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2019 - UASG 70008

Nº Processo: 46582019. Objeto: Aquisição de material elétrico (GRUPO 26). Total de Itens Licitados: 49. Edital: 01/08/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Rui Barbosa, Nº 215 - Tirol - Natal/RN - ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70008-5-00023-2019. Entrega das Propostas: a partir de 01/08/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/08/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Diretora-Geral

(SIASgnet - 30/07/2019) 70008-00001-2019NE000041

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 34/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor: Perfil Computacional Ltda., pelo preço total de R\$ 307.300,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2019 - UASG 070024

Nº Processo: 0001690-41.2019.6. Objeto: Curso "Questões Polêmicas de Legislação de Pessoal - Avançado" para uma turma de até 20 servidores. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores. Declaração de Inexigibilidade em 24/07/2019. MARISA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica. Ratificação em 26/07/2019. LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral. Valor Global: R\$ 26.800,00. CNPJ CONTRATADA : 11.128.083/0001-15 SUPERCIACAPACITACAO E MARKETING EIRELI.

(SIDEIC - 31/07/2019) 070024-00001-2019NE000005

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 14/2019

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, a Pregoeira declarou vencedoras do certame as seguintes licitantes: a) FARMA TOP MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ n. 14.080.830/0001-80, grupos 01 e 03, valores globais de R\$ 10.326,36 e R\$ 9.284,40 respectivamente; b) CIRURGICA SAO LUIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD, CNPJ n. 31.940.937/0001-70, grupo 02, valor global de R\$ 7.615,22. Não havendo registro de intenção de recurso, a Pregoeira encerrou a sessão e adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 27.225,98.

LIZ CRISTINA PINTO DUARTE
Pregoeira

(SIDEIC - 31/07/2019) 070024-00001-2019NE000057



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019080102147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

